



DOSSIÊ - IMPRENSA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS

O SNI e a produção de contrainformações à imprensa paranaense e catarinense sobre as Operações Marumbi e Barriga Verde (1975-76)¹

The SNI and the production of counter-information to parana and santa catarina's press about Marumbi and Green Belly Operations (1975-76)

El SNI y la producción de contrainformación para la prensa de paraná y santa catarina sobre las Operaciones Marumbi y Barriga Verde (1975-76)

José W. A. Neves Jr.²

orcid.org/0000-0003-0692-0740
nevesjr1991@gmail.com

Fabio Lanza³

orcid.org/0000-0003-2807-9075
lanza@uel.br

Recebido em: 7 dez. 2022

Aprovado em: 27 jun. 2023

Publicado em: 9 nov. 2023.

Resumo: O presente artigo analisa os processos de produção e difusão das contrainformações, a partir dos arquivos inéditos da agência Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI), relativos às Operações Marumbi (PR) e Barriga Verde (SC), que perseguiram militantes políticos e partidários do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos de 1975 e 1976. Para subsidiar a análise e compreensão, sob a perspectiva da pesquisa documental, as fontes foram intencionalmente selecionadas no arquivo do SNI dos estados do Paraná e Santa Catarina, que está em processo de sistematização. Como resultados, identificaram-se duas frentes distintas da produção de contrainformação, que foram distribuídas para ampla divulgação nos órgãos de imprensa: 1º) informes oficiais produzidos por agentes da repressão; 2º) mensagens com autoria atribuída às vítimas que se arrependeram da atuação subversiva. Contudo, ambas as frentes continham os elementos ideológicos do anticomunismo característico da doutrina de segurança nacional.

Palavras-chave: Serviço Nacional de Informações; Imprensa e Autoritarismo; Ideologias; Anticomunismo.

Abstract: This paper analyses the counter-information production and propagation process by the unpublished archives from the National Information Service (SNI) agency of Curitiba relative to Marumbi (PR) and Green Belly (SC) Operations that hunted down political activists and PCB supporters during the years of 1975 and 1976. To base the analyses and comprehension of the documental research, the files were intentionally selected from the SNI archive of Parana and Santa Catarina, that are in a systematization process. As results, it was identified two distinctive fronts of counter-information production that were distributed for mass media propagation: 1º) official notes manufactured by the repression agents; 2º) messages imputed to the victims that regretted their subversion actions. Nevertheless, it was identified on both fronts the ideological elements of anticommunism that characterizes the National Security doctrine.

Keywords: National Information Service; Authoritarianism and Press; Ideologies; Anticommunism.

Resumen: Este artículo analiza los procesos de producción y difusión de la contrainformación a partir de los archivos inéditos de la agencia del Servicio Nacional de Información (SNI) de Curitiba, relacionados con las Operaciones Marumbi (PR) y Barriga Verde (SC) que persiguieron a militantes políticos y simpatizantes del PCB en los años 1975 y 1976. Para subsidiar el análisis y la comprensión desde la perspectiva de la investigación documental, las fuentes fueron seleccionadas



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pesquisa realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, Brasil.

³ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Brasil.

intencionalmente del archivo del SNI de los estados de Paraná y Santa Catarina, que se encuentra en proceso de sistematización. Como resultado, se identificaron dos frentes distintos de producción de contrainformación, que fueron distribuidos para una amplia difusión en la prensa: 1º) informes oficiales elaborados por agentes de la represión; 2º) mensajes con autoría atribuida a víctimas que lamentaron su accionar subversivo. Sin embargo, en ambos frentes se identificaron los elementos ideológicos de anticomunismo propios de la doctrina de la Seguridad Nacional.

Palavras-clave: Servicio Nacional de Información; Prensa y Autoritarismo; Ideologías; Anticomunismo.

Introdução

Com a instituição das Leis nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação) e nº 12.528 (Lei de Criação da Comissão da Verdade), ambas de 18 de novembro de 2011, tornou-se possível tomar conhecimento de novas fontes (documentais e orais) que viabilizam a compreensão das dimensões e características, a elucidação da verdade, o exercício da memória e a reparação dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante o período de vigência da ditadura militar no país (1964-1985). É dentro dessa perspectiva que se encontram inseridas as fontes documentais provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI) – principal órgão de vigilância da ditadura militar brasileira que, conforme apresenta Carvalho (2005), assumiu dimensões de gigantismo, cujo chefe detinha o *status* de ministro e respondia apenas ao presidente da República em exercício.

Segundo Fico (2003), o SNI se estruturava, da base ao topo, da seguinte forma: Assessorias de Segurança e Informação (ASI), base das operações instalada em instituições; Divisões de Segurança e Informações (DSI), que sistematizavam as operações em regiões de cada estado; Agências Regionais (ARs), responsáveis pelo processo e pela organização das operações em um ou mais estados de sua incumbência; e a

Agência Central (AC) no Rio de Janeiro. As fontes documentais, produzidas por distintas Agências Regionais do SNI, foram coletadas, preservadas e digitalizadas por pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao Projeto Memórias Reveladas (Arquivo Nacional e Ministério da Justiça)⁴ e ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Preservado durante esse processo e objeto de análise da presente pesquisa, o arquivo, de aproximadamente 7 mil documentos, referente à AR de Curitiba/PR (responsável pela vigilância do Paraná e Santa Catarina), encontra-se, atualmente, disponível para acesso público junto ao Arquivo Nacional (RJ), no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL) e no Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH-Universidade do Estado de SC).

Dentre os documentos provenientes do arquivo SNI (AR Curitiba), destacam-se os dossiês, os Inquéritos Policiais Militares (IPM) e o telex comunicacional referentes às Operações Marumbi e Barriga Verde⁵, que tomaram forma contra militantes e partidários políticos, respectivamente, nos estados do Paraná e Santa Catarina, durante o ano de 1975.

Em pesquisas prévias, destaca-se que Souza (2015) investigou, por meio de fontes bibliográficas, documentais e orais, o processo de perseguição implementado pelos agentes do Estado brasileiro contra os militantes do PCB ou seus dissidentes em Joinville/SC. O autor ressalta que,

[...] depois do AI-5, as Forças Armadas receberam poder ilimitado para combater a resistência ao regime civil-militar. Sete meses depois, em julho de 1969, foi colocada em prática a Diretriz para a Política de Segurança Interna, que deu

⁴ Mais informações e acesso ao Banco de dados Memórias Reveladas disponíveis respectivamente em: <https://www.gov.br/memorias-reveladas/pt-br/faca-uma-pesquisa-em-nossa-base-de-dados> e ou https://www.anpuh-rs.org.br/informativo/view?ID_INFORMA-TIVO=473. Acesso: 29 jun. 2023.

⁵ Destacamos o projeto: Memória Política de Santa Catarina – repositório de material didático na internet para professores e estudantes de Ensino Médio, que é resultado da parceria da ALESC/Escola do Legislativo com a UFSC/Departamento de Sociologia e Ciência Política. O projeto é apoiado por recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Processo: 405819/2013-7 - Chamada 90/2013). Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/4-Operacao_Barriga_Verde_militares_X_comunistas_em_Santa_Catarina e https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/5-Operacao_Barriga_Verde. Acesso em: 29 jun. 2023.

origem à Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo. A partir daí foi uma crescente repressiva, com várias operações estaduais espalhadas pelo país [...] A Radar durou até 1976 e se concentrou, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, objetivando destruir o comando central do partido. Foram mais de 600 presos e, pelo menos, 12 dirigentes mortos. [...] Enquanto isso, os DOI-CODI estaduais eram responsáveis por operações menores de caça aos comunistas, como a Operação Marumbi, no Paraná, e a OBV, em Santa Catarina. Todas com o intuito de atacar as bases políticas do PCB e eliminar a organização do partido. (SOUZA, 2015, p. 96-97).

Alinhadas e decorrentes da Operação Bandeirantes (SP), as duas operações tinham por objetivo neutralizar as potencialidades de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos dois estados do Sul, e suas ações foram marcadas pela realização de prisões arbitrárias de, aproximadamente, 100 pessoas e pelas práticas de torturas físicas e psicológicas (BRUNELO, 2006; SANTOS, 2011). Uma análise primária dessas fontes possibilitou a identificação de quatro relatórios, em um total de 175 laudas, que abordam o processo de produção das contrainformações da repressão que permeou as duas operações, para ampla difusão nos meios de comunicação social (MCS) dos dois estados nos seus respectivos contextos.

Desse modo, esta proposta objetiva apreender as especificidades que marcaram as relações estabelecidas entre a comunidade de informações da ditadura militar e os meios de comunicação da imprensa paranaense e catarinense, que foram registrados por agentes da AR do SNI de Curitiba/PR, tendo como ênfase o campo político e ideológico em disputa durante a ditadura militar (1964-1985) – em particular, referente às ideias anticomunistas produzidas para serem disseminadas no território, objetivando justificar a violenta repressão que caracterizou as Operações Marumbi e Barriga Verde. Entre as referências de pesquisa já consolidadas acerca das operações nos estados do Sul, selecionou-se a contribuição do historiador e jornalista Celso Martins (2006,

p. 128), acerca da Operação Barriga Verde, em Santa Catarina, na qual constatou que:

[...] a subversão, antes que causa, é consequência da repressão que medra, só aumenta, só encontra terreno fértil nos subterrâneos dos regimes de força. Quanto mais democrática é a Nação menos perigosos são os extremismos.

Assim, partindo de uma investigação documental (CELLARD, 2012; MAY, 2004; MOREIRA, 2011) dessas fontes inéditas, foram elucidadas duas perspectivas de produção de contrainformação para veiculação em meios de comunicação: uma oficial (produzida e assinada pelos próprios agentes da repressão), e outra marcada pela ação repressiva ilegal (imposição às vítimas de redação de cartas, assumindo sua culpa e alertando para os perigos do comunismo).

Dessa forma, o presente trabalho se divide em dois momentos. No primeiro, são abordadas as fundamentações teóricas que nortearam a apreensão das relações que se estabelecem entre mídia e sociedade, atentando às especificidades históricas e sociais da realidade brasileira, principalmente no que tange ao anticomunismo. Em seguida, realiza-se uma análise documental que problematiza o processo de produção da contrainformação, referente às Operações Marumbi e Barriga Verde, entre os anos de 1975 e 1976.

Sociedade, Comunicação e Mídia

A relevância da imprensa na sociedade brasileira ganhou destaque nas últimas décadas. A cobertura do processo eleitoral de 2022, frente ao processo de polarização política, indicou que parte dos meios de comunicação social (MCS) é co-responsável pela consolidação do regime democrático ou de estratégias que potencializam processos desdemocratizantes⁶. Reforça-se, nesse sentido, que o processo social de disputas ideológicas e de busca do controle dos órgãos de imprensa data da fundação da República:

Quando a força da imprensa despontou nas sociedades democráticas, instaurando-se a mediação de jornais e jornalistas em relação

⁶ Segundo Charles Tilly (2013), o caráter paradoxal e inexoravelmente instável dos regimes democráticos reside justamente nessa condição de coexistência entre forças políticas propositivas de implementação de projetos democratizantes, de um lado, e desdemocratizantes, de outro. Desse modo, a democracia implica a abertura de espaço representativo e a concessão de liberdade de expressão para grupos e vertentes que, em determinados casos, preconizam propostas de retrocessos das conquistas democráticas.

ao exercício dos poderes constituídos, criou-se a metáfora do quarto poder, legitimador da vigilância da sociedade civil diante do aparato governamental. "A imprensa é a vista da nação", dizia Rui Barbosa, de forma bastante eloquente, no início do século XX. (MELO, 2004, p. 11).

Partindo do princípio de que a comunicação é um direito essencial ao ser humano, assim como o trabalho, o lazer, a moradia, a saúde e a educação, é possível afirmar que o Estado moderno deu conta de transformar a comunicação em um direito restringido, sendo acessível apenas para uma minoria privilegiada economicamente – aquela que tem a posse ou a "concessão" dos MCS (MELO, 1984).

Na sociedade contemporânea, caracterizada como urbano-industrial-científica e constituída de classes sociais distintas em constante conflito, a comunicação assume papel relevante no processo de construção das identidades culturais e na formação de opiniões que viabilizam o posicionamento político-ideológico frente a questões do cotidiano da vida social. Assim, a busca pelo consenso ideológico, nas sociedades, perpassa uma relação de comunicação tendencialmente pautada na desigualdade, seja ela feita por meio de aparelhos ideológicos próprios do Estado, que difundem as ideias e o interesse da classe/grupo detentora do poder, ou de aparelhos privados de hegemonia (caracterizados pelos meios de comunicação), cujo alcance é comumente delimitado pelo financiamento recebido (GRAMSCI, 2011a, 2011b, 2011c).

Dentro dessa perspectiva, indica-se que, na realidade, há um processo de dominação, a partir dos MCS, sobre a maioria da população.

Nesse sentido, o direito de comunicação tornou-se não apenas um privilégio de poucos, mas uma estratégia política responsável pelo controle ideológico da sociedade [...]. O cidadão contemporâneo, que atingiu a maioridade e superou a fase do aprendizado sistemático (escolarização), depende dos MCM [meios de comunicação de massa] para se manter sintonizado com o meio ambiente. E tudo que ele conhece ou deixa de conhecer é filtrado por essa instância de reprodução simbólica. (MELO, 1984, p. 614).

Essas abordagens permitem perceber a cons-

tituição de uma "sociedade global", com uma integração cultural e, ao mesmo tempo, desintegrada socialmente, porém sob o controle de pequenos grupos que controlam os meios de comunicação de massa, assim como os oligopólios e as empresas transnacionais. Quanto ao papel da imprensa no século XX,

[...] a Europa e a América do Norte consolidaram para o mundo o conceito de jornal e revista. O hábito de consumir informação com periodicidade em um espaço gráfico familiar e com estilo direto e objetivo, diferente da literatura ficcional, foi se disseminando cada vez mais pelas diferentes classes sociais. O fato de existir um fosso separando os interesses das elites daqueles das classes menos favorecidas acabou determinando diferentes formas de narrar os fatos e, mais adiante, de diagramar os jornais voltados para cada público específico. (GONTIJO, 2004, p. 223-224).

A partir dessa lógica instituída de dominação, que está associada à posse do poder político, do capital e dos meios de comunicação, a realidade brasileira, nessa área, é um exemplo relevante. Os interesses preponderantes nas transmissões e publicações dos inúmeros meios de comunicação refletem os anseios e as demandas da elite que os controla, refletem e direcionam os interesses da classe dominante sobre a ampla maioria da população. Constituiu-se uma sociedade da mídia, em que a submissão e o controle social a serviço do desenvolvimento capitalista são mais característicos do que a busca da emancipação, da consciência da realidade e da promoção da autonomia dos homens e das mulheres frente ao contexto social em que estão inseridos.

Esse processo iniciou-se com a desregulamentação, nos Estados Unidos, nos anos 70, das atividades bancárias, mas desenvolveu-se efetivamente a partir do desmantelamento, em 1984, da sociedade AT&T (American Telegraph & Telephone), o virtual monopólio privado das telecomunicações; desde então passou a adquirir, em ritmo crescente, uma dimensão planetária, atingindo os mais diversos setores de atividade econômica. A desregulamentação significa o deslocamento do centro de gravidade da sociedade, pondo-o em direção ao mercado, que passa a ser o principal fator de regulação. A medida que se tornavam predominantes os valores da empresa e do interesse privado, sua expansão coincidindo com o recuo das forças produtivas e com a retração do serviço público e do Estado-nação-

providência, a atividade comunicativa mudava a natureza e o estatuto: profissionalizou-se, irrigando numerosos campos de competência e especialidade, multiplicando as profissões. O modelo empresarial de comunicação foi promovido a tecnologia de administração das relações sociais, impondo-se como único modo "eficaz" para estabelecer o vínculo com os diversos componentes da sociedade. Essa matriz empresarial experimentada no mercado tornou-se a única referência para as estratégias de comunicação das instituições estatais, das associações humanitárias, das coletividades locais e territoriais. (MATTELART, 1999, p. 166-167).

Essa perspectiva analítica sobre o campo comunicacional aborda, de uma maneira geral, algumas características da relação sociedade, indivíduo, Estado contemporâneo, área da comunicação e modelo comercial hegemônico. No caso da sociedade brasileira, parte da imprensa – aliada com a manutenção do *status quo* – apoiou o golpe de 1964, bem como a ditadura militar que se instalou. A pesquisa de Souza (1998, p. 25) reforçou que:

A imprensa constitui um agente importante na construção histórica da memória oficial, ou como diria De Decca: da construção da memória do vencedor. Uma vez que, além de produzir sentidos para os fatos, veicula as vozes que constituem os mesmos. Mais do que porta-voz dos discursos que criaram o imaginário político da época, a imprensa, e sobretudo "A Notícia" [jornal publicado em Joinville SC desde 1923] construiu, através de seus editoriais e reportagens este imaginário. A imprensa no período da Ditadura militar está voltada à (*sic*) legitimar um poder que se institui no país pela força, portanto, que não possui legitimação junto a população brasileira. Faz-se necessário criar crenças que justifiquem a tomada de poder pela violência. Por exemplo a justificativa era que o Brasil sofria ameaças constantes dos comunistas. Para afastar este inimigo que ameaçava a paz foi necessário a tomada de poder pelos militares, para que se restabelecesse a ordem. Criou-se com este argumento uma crença, de que o Regime Militar salvou o país de um inimigo perigoso. O imaginário político construído com esta argumentação, foi o da salvação nacional por parte do Exército.

Nesse sentido, sob a abordagem que compreende a importância da imprensa e da sua ação sobre os indivíduos e a sociedade, realça-se a relevância das fontes documentais inéditas, oriundas do Arquivo do SNI (agência de Curitiba),

problematizando, a partir da seleção intencional das fontes inéditas, as ações de interferência desdemocratizantes, junto aos órgãos de imprensa paranaense e catarinense e seus profissionais.

Conforme a perspectiva epistemológica adotada, é impossível apreender as dimensões assumidas pelas estratégias de vigilância e perseguição que orientavam a atuação dos agentes de informação do SNI, assim como de outros órgãos da ditadura militar brasileira, sem que se explicitem, ao menos de forma sintética, as especificidades que o anticomunismo assumia na conjuntura em questão. Entendido como fenômeno político complexo, que se apresenta de forma antagônica à possibilidade de desenvolvimento humano, pela via do socialismo/comunismo, o anticomunismo se consolida, efetivamente, enquanto ideologia combativa, frente à vitória da Revolução Russa, em 1917, passando, com a eclosão da Guerra Fria (1947-1991), a ser amplamente difundido nos países ocidentais alinhados aos Estados Unidos da América (EUA), especialmente na América Latina (MILIBAND; LIEBMAN, 1984).

Em análise comparativa das realidades sul-americanas, Bohoslavsky (2016) indica a existência de quatro matrizes ideológicas do anticomunismo que, majoritariamente, tomaram forma nas disputas políticas e econômicas da região durante o período de Guerra Fria: o liberalismo conservador; o nacionalismo antiliberal; o tradicionalismo católico oficial; e as doutrinas das Forças Armadas. Ressalta-se, contudo, que, apesar das inerentes divergências, essas quatro matrizes demonstram tendências ao alinhamento estratégico dos grupos que as representavam em prol do combate às potenciais ameaças do inimigo, que materializava aquilo que Samways (2014) classifica como "paranoia anticomunista".

Dentro dessa perspectiva, ocorreram a emergência e a difusão de uma ampla, extensa e bem aparelhada indústria do anticomunismo, caracterizada pela exploração, com fins monetários, do pavor ao comunismo, que, durante a primeira metade do século XX, cristalizou-se no consenso popular das sociedades alinhadas ao Ocidente cristão democrático – termo cunhado para sub-

siñar a oposição dos aliados dos EUA ao Oriente ateu comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A respectiva produção anticomunista possuía apoio de vários segmentos disseminadores da manutenção da ordem. Souza (2022, p. 90) indicou que, na região Sul brasileira, parte do alto clero católico estava engajado no apoio ao golpe de 1964:

No Sul do Brasil, em Joinville, SC, por exemplo, [o] religioso católico catarinense se regozijou com a possibilidade de transição política pela qual o Brasil poderia passar após o golpe. Quando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu na cidade, em 24 de abril de 1964, já com os militares no poder, o Bispo Diocesano, Dom Gregório Warmeling, se fazia presente discursando em nome da Igreja: "É com este espírito otimista, com os olhos voltados para o futuro da Pátria, é com prazer que falo nesta hora em Joinville cumprimentando as Forças Armadas [FFAA], corporizadas neste 13º [Batalhão de Caçadores] B.C4, patrimônio da cidade" (WARMELING, 1964, p. 01-02 apud SOUZA, 1998, p. 61). No discurso, o bispo de Joinville reforçava a ideia do perigo vermelho que rondava o país e ameaçava a tradicional família brasileira, bem como os valores cristãos. Era preciso, de acordo com o religioso, lutar contra o comunismo e estabelecer fortes estruturas políticas que favorecessem os mais necessitados. Dom Gregório via no regime militar essa força.

No que tange à indústria brasileira do anticomunismo, ao longo do século XX, é pertinente ressaltar a contribuição do pesquisador Sá Motta (2000, p. 203, grifos nossos):

A manipulação oportunista do medo ao comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. E, é interessante observar, os dividendos hauridos da indústria anticomunista variavam de natureza. Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a medidas do governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os "vermelhos" [...].

Assim, torna-se pertinente ressaltar a forma como os elementos ideológicos do anticomunismo são, conjunturalmente, apropriados por determinados grupos para a conquista, manutenção e reprodução de seus interesses políticos e econômicos imediatos. Nesse sentido, busca-se, no próximo tópico, explorar como os agentes da comunidade de informações paranaense e catarinense souberam manipular, de modo estratégico, o pavor da sociedade em relação ao comunismo, por intermédio de notas divulgadas à imprensa que visavam não só à legitimação de suas violentas ações persecutórias, como, também, ao enaltecimento do prestígio institucional dos órgãos estatais no combate a essa suposta iminente ameaça.

Sem deixar de reconhecer o caráter mais explícito de intervenção da ditadura militar brasileira nas ideias e ideais difundidos nos MCS brasileiros, que marcou o período de imposição da censura prévia militar (1968-1975)⁷, este trabalho reforça sua pretensão de abordar outro método de combate ideológico, que foi implementado pela comunidade de informações nas realidades paranaense e catarinense, durante o período inicial de transição política do país (1975-1976).

Contudo, sob o signo do autoritarismo, da indústria e da paranoia anticomunista, tanto militares como grupos civis, que prestavam apoio à manutenção da ditadura, atuaram com outros tipos de ações desdemocratizantes junto aos MCS brasileiros. Um dado elucidativo dessa realidade conjuntural foi a manutenção da censura prévia imposta ao semanário católico paulistano *O São Paulo*, até 1978, bem como, em 1982, o processo de falsificação, produção e distribuição de uma edição completa do semanário católico, com destaque para a manchete em que o cardeal e arcebispo Dom Paulo E. Arns se retratava e fazia sua mea-culpa (admissão de culpa) por adotar e difundir o marxismo, dentro da sua Igreja, con-

⁷ Indica-se, ainda, o reconhecimento da dinâmica complexa que perpassou a imposição da censura prévia militar aos meios de comunicação brasileiros. Reforça-se que a censura militar teve início em 1968, quando era, majoritariamente, realizada por intermédio de bilhetes e telefonemas, que informavam quais assuntos, nomes, entre outros tópicos, que não poderiam ser veiculados nas publicações. A censura prévia, por sua vez, foi institucionalizada, em 1972, como forma de represália ao não atendimento do modelo anterior, e seu relaxamento se iniciou com o governo Geisel, liberando da censura prévia a maior parte dos MCS no ano de 1975 (AQUINO, 1999). Não se pode deixar de enfatizar, porém, que os jornais *Movimento*, *Tribuna de Imprensa* e *O São Paulo* permaneceram velados pela censura prévia até 1978 (LANZA; NEVES JUNIOR, 2018).

clamando seus fiéis a obedecer aos designios do governo militar e estimulando as denúncias contra os sujeitos subversivos (LANZA; NEVES JUNIOR; RODRIGUES, 2020).

Torna-se, portanto, pertinente direcionar o debate a seguir para a análise dos registros de arquivo do SNI (PR e SC), quanto à produção de contrainformação que caracterizou as formas de atuação dos órgãos de informações da ditadura militar brasileira, durante o processo de liberação da censura prévia dos MCS.

A perspectiva ideológica da contrainformação

Conforme indicado pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), as atividades cotidianas dos agentes da comunidade de informações compreendiam, de modo geral e de acordo com os critérios hierárquicos de divisão do trabalho, duas frentes principais: a produção de informações, constituída da coleta e da sistematização de dados sobre entidades e sujeitos potencialmente subversivos ou que, de algum modo, pudessem oferecer qualquer grau de ameaça à segurança nacional; e a produção de contrainformações, entendida enquanto processo de artesanato intelectual, cujas funções primordiais seriam a elaboração de textos e materiais que viabilizassem o combate e a neutralização das ameaças à segurança nacional em múltiplos aspectos. Isso ocorria seja pela difusão de informações falsas entre agentes inimigos, visando a emboscadas ou sabotagens, seja pela cristalização de consenso nacional acerca da necessidade do estabelecimento de medidas de combate ao inimigo.

Com o compromisso estabelecido pelo governo Geisel (1974-1979) de iniciar o processo de transição política "lenta, gradual e segura", novas configurações começaram a tomar forma nas relações da disputa ideológica que marcava os fundamentos de atuação doutrinária dos órgãos de coerção e repressão brasileiros. Um dos casos mais emblemáticos da época, que permite a problematização das perspectivas ideológicas de produção da contrainformação, foi o assassinato

do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações, Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. Esse caso, apesar de não constituir o cerne investigativo deste trabalho, merece uma breve menção em razão das dimensões do fenômeno analisado.

A prisão e tortura de Vladimir Herzog estavam inseridas em uma operação de combate à suposta infiltração subversiva nos meios de comunicação social (MCS) do país, pois, antes de Herzog, dez outros jornalistas tinham sido submetidos aos mesmos procedimentos repressivos, a partir de notícias-denúncias que eram veiculadas pelo jornalista, enaltecedor do DOI-CODI, Cláudio Marques (KLEINAS, 2012). Conforme indica Jordão (1979), a insustentável versão oficial de morte por suicídio foi seguida da veiculação, em MCS, de tentativas de vincular Vladimir Herzog ao comunismo internacional. Em nota do SNI, por exemplo, era problematizado que a morte de Herzog levava ao questionamento de sua possível atuação como espião da KGB (principal órgão de inteligência da URSS). Essas e outras versões elaboradas pela comunidade de informações da época foram demonstradas como meramente especulativas, e não foi encontrado qualquer fato que lhes possibilitasse o menor embasamento.

Nesse processo histórico, as duas operações, similares àquela que perseguiu os jornalistas paulistanos, tomaram forma no Paraná e Santa Catarina – respectivamente, a Operação Marumbi e a Operação Barriga Verde. Coordenadas pela 5ª Região Militar/Divisão de Exército (5ª RM/DE), cuja sede em Curitiba/PR estava subordinada ao III Exército (Porto Alegre/RS), as duas operações foram realizadas de forma simultânea e objetivavam identificar e neutralizar as supostas tentativas de rearticulação do PCB em seu território de atuação. Aproximadamente 100 pessoas foram detidas nas duas operações, e os relatórios das Comissões Estaduais da Verdade *Teresa Urban* (PARANÁ, 2014) e *Paulo Stuart Wright* (SANTA CATARINA, 2014) problematizam o caráter arbitrário das prisões e a forma como os

interrogatórios foram conduzidos, pautados na lógica da tortura física e psicológica dos sujeitos acusados de subversão.

Conforme evidenciado em relatórios do SNI, foram realizadas tentativas de denúncias do caráter violento e ilegal das operações conduzidas, as quais foram rebatidas, no âmbito da imprensa, por meio de comunicados produzidos pela comunidade de informações para ampla difusão. O autor dos comunicados à imprensa era o general-comandante Samuel Augusto Alves Corrêa, e os primeiros registros de sua elaboração são relativos à Operação Barriga Verde. Segundo consta em relatório do SNI, Samuel Corrêa:

[...] em comunicado distribuído à imprensa em FLORIANÓPOLIS/SC, na 6^a-feira, e publicado no sábado, dia 15/11/75, (cópia anexa), esclarece que tem acompanhado com interesse as declarações, relativas às prisões em curso naquele Estado, onde os declarantes procuram difamar os agentes da lei perante a opinião pública e ao mesmo tempo apresentar as pessoas detidas como cidadãos inocentes. (PARANÁ, 1975a, p. 1).

A nota tranquiliza, a família catarinense e reafirma que as pessoas presas apresentam indícios veementes de estarem implicadas na trama subversiva-comunista e concita a população a ter confiança na ação adequada e eficiente dos Órgãos de Segurança (PARANÁ, 1975a).

Desse modo, por intermédio da mobilização de pressupostos de uma forçosa necessidade de combate às infiltrações do comunismo internacional em território catarinense, a comunidade de informações de Curitiba/PR conclamava o suporte e apoio da população, solicitando, ainda, o descrédito em relação às denúncias das ilegalidades de suas ações repressivas. Apesar do caráter mais precoce da reação catarinense às prisões arbitrárias perpetradas contra potenciais subversivos no estado, os documentos do SNI indicam que o caso paranaense assumiu maiores proporções nos MCS, e foram difundidos, no caso da Operação Marumbi, três comunicados da autoria de Samuel Corrêa, objetivando:

[...] esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos Órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pro-

nunciamentos de elementos interessados em distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei. (PARANÁ, 1975b, lauda 17).

Assim, em resposta às denúncias das prisões arbitrárias e da aplicação de métodos de tortura, a comunidade de informações de Curitiba iniciou o processo de produção das contrainformações, com o objetivo de enaltecer suas ações repressivas, deslegitimar as acusações e intensificar o pavor ao comunismo na população catarinense e paranaense. Os comunicados de Samuel Corrêa à imprensa paranaense e catarinense expressam elementos conceituais concomitantes com o horizonte ideológico anticomunista da doutrina de segurança nacional, que embasou a ditadura militar brasileira, traçando distinções de disputa entre o *Ocidente cristão democrático* e o *Oriente ateu comunista* e problematizando as possibilidades de aparelhamento dos órgãos públicos e privados, por parte de sujeitos subversivos, retratados como ardilosos oportunistas que visam ruir os fundamentos básicos da sociedade brasileira (NEVES JUNIOR, 2021; MIGUEL, 2002). No que tange aos informes produzidos por Samuel Corrêa para difusão na imprensa, indica-se:

[...] a apropriação do horizonte conceitual da doutrina de segurança nacional para subseqüente difusão, de forma simplificada e apelativa, nos meios de comunicação sociais paranaenses traz, ainda, um sentido mais amplo de direcionamento das tomadas de posição dos sujeitos singulares. A intenção de consolidação de um consenso, quanto à concepção deturpada do sujeito subversivo, constituía-se, assim, como mecanismo de interferência no processo subjetivo e imediato de julgamento do inimigo interno. (NEVES JUNIOR, 2021, p. 119).

Dessa forma, da perspectiva ideológica de produção da contrainformação, eram características a recorrência a elementos tradicionais (patriotismo, valores morais e religiosos, entre outros) e a exacerbação da suposta periculosidade do sujeito subversivo, retratado de forma quase desumanizada. Esses subsídios discursivos buscavam direcionar o consenso ideológico na sociedade civil paranaense e catarinense. Tal lógica de atuação remete à perspectiva de

disputa pela "conquista de corações e mentes", que caracterizou as estratégias do processo de Guerra Fria cultural (RIDENTI, 2022). É justamente dentro dessa perspectiva que se insere a lógica da busca pela consolidação de um consenso, pautado na conciliação entre a defesa e idolatria dos princípios ideológicos que fundamentam o grupo (militares) e a difusão do sentimento de terror e ódio frente a uma suposta iminente ameaça oculta (comunismo) – exercendo os MCS, enquanto *aparelhos privados de hegemonia* (GRAMSCI, 2011b), papel fundamental nesse processo.

Essa luta pela "conquista de corações e mentes", a partir do princípio da produção de contrainformações para a veiculação em MCS, assumiu, também, outro aspecto, bem mais nefasto que a mera negação das denúncias por parte dos agentes da repressão. Os documentos do SNI indicam a elaboração de cartas, supostamente redigidas por militantes do PCB que foram presos nas Operações Marumbi e Barriga Verde. Segundo consta em relatório proveniente da AR de Curitiba/PR do SNI:

JOBE SILVA DA NOVA, preso durante a "OPERAÇÃO BARRIGA VERDE", em SANTA CATARINA, por envolvimento com o PCB, dirigiu mensagem ao povo, onde rompe e denuncia a mentira do PCB, publicada na edição de 08 Ago 76, do jornal "O ESTADO" de FLORIANÓPOLIS/SC, (cópia anexa).

O nominado teve sua prisão preventiva decretada em sessão de 19/02/76 do Conselho Permanente de Justiça do Exército da 5ª Auditoria e está detido no 4º Batalhão de Polícia Militar de FLORIANÓPOLIS/SC, aguardando julgamento.

Anteriormente, SEVERINO ALVES BARBOSA e CARLOS GUIMARÃES, presos pelas autoridades da 5ª RM/DE, por estarem envolvidos com o PCB/PR, já haviam tomado atitude semelhante, ao dirigirem mensagem ao público, repudiando a ideologia comunista, conforme o constante das informações da referência. (PARANÁ, 1976a, p. 2).

Assim como no relatório relativo às cartas da autoria de Severino Barbosa e Carlos Guimarães⁸ (PARANÁ, 1976b), a mensagem de Jobe Silva

da Nova⁹ é remetida para publicação em todos os meios de comunicação do estado. Faz-se importante, contudo, problematizar que, diferentemente do caso paranaense, o relatório da carta de Jobe Silva da Nova não apresenta uma versão de próprio punho da redação, e sim apenas cinco versões noticiadas em jornais e uma versão datilografada e sem assinatura.

Ademais, as três cartas têm as mesmas objetividades em seus conteúdos: apresentar seus redatores como inocentes ludibriados pelo discurso de sujeitos subversivos oportunistas; enfatizar a incompatibilidade da ideologia comunista com a sociedade brasileira; enaltecer o trabalho realizado pelos órgãos de segurança da ditadura e classificar as tentativas de denúncia da tortura como ardilosa estratégia subversiva para desmoralizar o governo perante a população brasileira. Desse modo, torna-se necessário problematizar os elementos ideológicos inerentes à doutrina de segurança nacional. Na carta de autoria de Severino Barbosa, por exemplo, destaca-se o seguinte trecho:

Conclui que os comunistas, seguidamente, tentam conduzir a opinião pública contra as autoridades constituídas, a fim de provocarem intranquilidade, para, disto, tirarem proveito. A subversão da ordem pública é uma arma poderosa para atingir seus fins, que são, inegavelmente, o de fazer brilhar o sol moscovita em todo o mundo e fazer com que o túmulo de LENINE [sic] tome o lugar da cruz. Mas este sol não ilumina, pois apenas projeta sombra e ideologia que não condiz com a formação cristã do povo brasileiro. (PARANÁ, 1976b, p. 53, grifos nossos).

Os elementos de fundamentação ideológica da carta de Severino Barbosa se assemelham aos princípios que embasavam a doutrina de segurança nacional e que marcaram a construção dos informes elaborados por Samuel Corrêa para a imprensa nos meses iniciais das Operações Marumbi e Barriga Verde. Do trecho transcrito, destacam-se, particularmente, os seguintes elementos de congruência ideológica: o retrato dos subversivos como sujeitos oportunistas e

⁸ Conforme consta no relatório, ambos os indiciados paranaenses eram estudantes de Direito da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) na época de sua prisão.

⁹ Segundo o relatório, Jobe Silva da Nova era advogado na cidade de Criciúma/SC.

ardilosos, que, por intermédio de métodos de manipulação da opinião pública, objetivam minar os pilares da sociedade brasileira para proveito próprio, e a retomada dos elementos do tradicionalismo religioso na justificação – e conclamação – de uma cruzada anticomunista, em defesa do cristianismo ocidental e em combate à ameaça do ateísmo soviético. No caso da carta de Carlos Guimarães, é pertinente ressaltar um trecho que alerta a juventude brasileira sobre as estratégias de “aliciamento subversivo”. Segundo o estudante:

No momento oportuno e sem dar condições de reação, de surpresa, lançam a ideologia marxista-leninista, a qual, aliada às demonstrações de “bons propósitos”, à blandícia envolvente do linguajar fluente dos doutrinadores, própria dos sedutores, fazem com que os menos avisados e despreparados, aceitem sem reservas, a doutrina, ingressem e atraíam outras pessoas para o Partido Comunista. (PARANÁ, 1976b, p. 31).

O conteúdo das cartas de autoria de Carlos Guimarães e Severino Alves Barbosa é congruente com os depoimentos prestados pelos indiciados, durante o processo de ação penal, instaurado em decorrência da Operação Marumbi, que foi analisado por Brunelo (2006). Eles foram os únicos a negar a aplicação de tortura e coerção no cárcere, divergindo de todos os demais indiciados ouvidos em juízo. Em suas análises, Brunelo (2006), inclusive, evidencia as inconsistências de fundamentações, a partir da análise comparativa entre os depoimentos dos dois estudantes de direito da UEL, recolhidos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), durante o ano 1975, e aqueles prestados em juízo no ano de 1976. Se, por um lado, em 1975, os indiciados se apresentavam como alinhados à esquerda política e ao PCB, por outro, em 1976, apresentaram-se, em juízo, como previamente avessos a qualquer ideologia comunista, alegando terem sido ludibriados pelos demais indiciados.

Os relatos colhidos por Jordão (1979), acerca dos jornalistas presos pelo DOI-CODI, na mesma

época de Vladimir Herzog, evidenciam aspectos do processo de produção dessas mensagens, comumente redigidas de próprio punho, que reconheciam os “crimes” de subversão atribuídos ao redator encarcerado, o qual, após ser submetido a diversas sessões de tortura, era obrigado a escrever e assinar o documento ditado pelos próprios agentes da repressão responsáveis por sua tortura. Há que se evidenciar, nesse sentido, que, em livro publicado sob o título *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*, Ildeu Manso Vieira (1998 *apud* BRUNELO, 2006)¹⁰, condenado a três anos de reclusão pelo processo judicial da Operação Marumbi, faz referências aos estudantes de direito londrinenses, afirmando que, durante o cárcere, os dois jovens demonstravam concordâncias com os agentes da repressão e, ainda, que as cartas teriam sido redigidas pelos próprios agentes, sendo, posteriormente, assinadas pelos dois estudantes.

É relevante, por fim, problematizar determinadas peculiaridades que perpassam o relatório relativo à carta atribuída ao advogado Jobe Silva da Nova. Em primeiro lugar, conforme já indicado anteriormente, a mensagem de Jobe Silva da Nova é a única dos três casos apontados que não foi redigida de próprio punho ou cuja cópia não foi anexada ao relatório. Em complemento, é pertinente considerar que, no primeiro trimestre de 2003, a União foi condenada a indenizar o advogado, de então 71 anos, em 30 salários-mínimos, como reparação econômica decorrente de sua prisão preventiva entre 8 de novembro de 1975 e 22 de setembro de 1976¹¹.

A partir dessas informações, problematiza-se que Jobe Silva da Nova permaneceu sob prisão preventiva durante, aproximadamente, 44 dias após a primeira publicação de sua mensagem na imprensa catarinense. Ademais, segundo consta no relatório investigativo, cinco dias após ser posto em liberdade, o advogado catarinense

¹⁰ Com o codinome de “Mineiro”, Ildeu Manso Vieira foi acusado pela Operação Marumbi como ativo militante da reorganização do PCB no Paraná, sendo “responsável pela seção de Agitação e Propaganda do Comitê Estadual do Partido Comunista” (BRUNELO, 2006, p. 79).

¹¹ As informações relativas ao Processo de n. 2002.72.00.011292-9, movido por Jobe Silva da Nova contra a União, encontram-se sintetizadas em matéria publicada pela revista *Consultor Jurídico*, em 23 de maio de 2003, disponível em: https://conjur.com.br/2003-mai-26/anistiado_politico_71_anos_indenizado. Acesso em: 14 nov. 2022.

concedeu entrevista ao canal da TV Cultura de Florianópolis/SC, ocasião na qual informou "como fora aliciado pelo proscrito PCB e porque rompeu com o Partido". Outro ponto relevante acerca do relatório reside no fato de que, no dia seguinte à entrevista em rede televisiva, o jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, publicou notícia intitulada *Declaração de uma vítima da Operação Barriga Verde*, que, na avaliação do agente responsável, evidenciava uma "interpretação deturpada dada ao assunto por aquele órgão de comunicação social" (PARANÁ, 1976a, p. 13).

Nesse sentido, as contribuições do pesquisador Celso Martins (2006) evidenciam o quanto a Operação Barriga Verde e as ações do Estado suprimiram os Direitos Humanos e a possibilidade de ampla defesa e estabelecimento do contradito dos presos políticos, dentro do rito legal-repúblicano, a partir dos acontecimentos da época:

Em meados de dezembro de 1975, o diretório estadual do MDB em Santa Catarina se reúne e, entre outras decisões, lança uma nota em que aborda as prisões ocorridas no estado, assinada pelo presidente Dejandir Dalpasquale.

Os termos da manifestação foram discutidos pelos presentes: Dejandir, o líder do MDB na Câmara Federal Laerte Vieira, o senador Evelásio Vieira e o prefeito de Joinville Pedro Ivo Campos, além de deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Tendo como tema central os últimos acontecimentos verificados em Santa Catarina na área da segurança pública.

Aprovado por unanimidade, o documento reafirma os princípios programáticos de luta pela redemocratização do País, a revogação do AI-5, do Decreto-Lei 477 e demais dispositivos de exceção, restabelecimento do habeas-corpus, intangibilidade da Justiça: eleições livres e diretas e liberdade de imprensa, princípios também defendidos pelo PCB. Essas teses que extrapolam as próprias fronteiras do programa partidário constituem consciência nacional, tendo em vista as renovadas tradições democráticas e libertárias do nosso país.

Isso não significa obstacular ou dificultar qualquer providência legítima e legal, por parte do Estado, em resguardo da tranquilidade e da segurança da família brasileira. Insiste, entretanto, no respeito aos direitos da pessoa humana, com o estabelecimento de processo regular, dentro dos estritos termos da lei, objetivando a plena e ampla defesa, preocupações que motivam esta nota, face aos acontecimentos atuais verificados em Santa Catarina. (MARTINS, 2006, p. 128).

Determinadas constatações permitem, por um lado, elucidar alguns dos aspectos assumidos pela perspectiva ideológica da produção de contrainformação, que traz a lógica de atuação dos órgãos de repressão e investigação da ditadura militar brasileira. Por outro, elas evidenciam lacunas no conhecimento produzido com relação à temática. Destacam-se, primeiramente, a inexistência de produções acadêmicas sobre o caso de Jobe Silva da Nova e, em seguida, os indícios de como a difusão da contrainformação era acompanhada e avaliada pelos agentes da comunidade de informações da AR de Curitiba/PR, visando classificar o potencial de alinhamento dos meios de comunicação social paranaenses e catarinenses com as objetividades que perpassavam as ambições ideológicas das contrainformações.

Considerações finais

A instalação da ditadura militar no Brasil, com o golpe de 1964, consolidou um processo de hipertrofia do Poder Executivo, que, ao mesmo tempo, criou estratégias oficiais e/ou oficiosas para sua manutenção e permanência no controle do Estado brasileiro. Havia, no período que se encerrou em 1985, grupos de militares e civis que se beneficiavam das possibilidades que o controle ou a aproximação junto à estrutura estatal lhes permitia.

Nesse sentido, os militares que tomaram o Poder Executivo passaram a criar órgãos e estruturas burocráticas para realizar a manutenção do ordenamento vigente, bem como para tomar posição frente ao contexto global da Guerra Fria, em favor do desenvolvimento capitalista. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi uma dessas estratégias autoritárias e desdemocratizantes que operava em todo o território brasileiro e que só foi extinta em 1991.

Os agentes do SNI, organizados a partir da agência de Curitiba, eram responsáveis pelas ações de vigilância, controle e silenciamento, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, ao mesmo tempo que reproduziam a lógica de dominação associada ao controle autoritário do poder político, com a manutenção da ordem do

capital e de sua hegemonia, junto aos meios de comunicação social atuantes nos respectivos estados. As ações diretas do SNI (PR e SC) se posicionavam a favor das demandas da elite, que o controlavam em detrimento da ampla maioria da população, impedindo qualquer anseio ou ações que buscassem a emancipação, a consciência da realidade e a tomada da condição de sujeitos históricos em favor da promoção da autonomia no contexto histórico da época.

O presente artigo, por meio das fontes documentais do arquivo do SNI, apresentou que, no ano de 1975, as operações Marumbi (PR) e Barriga Verde (SC), coordenadas pela 5ª Região Militar/ Divisão de Exército (5ª RM/DE), cuja sede, em Curitiba/PR, estava subordinada ao III Exército (Porto Alegre/RS), identificaram, perseguiram e impediram as supostas tentativas de rearticulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em seu território de atuação. As ações implementadas aprisionaram, arbitrariamente, 100 pessoas (aproximadamente), que foram submetidas a interrogatórios, cadenciados por torturas física e psicológica.

Ainda, como parte das estratégias desdemocratizantes e sob a perspectiva da contrainformação implementadas pelos agentes do SNI, foi possível identificar inúmeros documentos produzidos – como comunicados à imprensa – que ressaltavam a importância do trabalho do Estado brasileiro contra os subversivos e comunistas, bem como cartas, cuja autoria foi atribuída aos militantes e partidários do PCB – que permaneciam nas prisões da ditadura –, disseminadas e publicadas por MCS paranaenses ou catarinenses que estavam a serviço da manutenção da hegemonia capitalista e ditatorial.

Referências

- AQUINO, Maria A. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*: o exercício cotidiano da dominação e da resistência; O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ANPUHRS. *Arquivo Nacional sobre a Ditadura* [Notícias]. Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 26 maio 2009. Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=473. Acesso em: 13 out. 2023.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.
- BRASIL. Acesse o Banco de Dados Memórias Reveladas. *Arquivo Nacional: Memórias Reveladas*, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/faca-uma-pesquisa-em-nossa-base-de-dados>. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das araucárias: a operação Marumbi em 1975 no Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2949/1/000165211.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil republicano*. Livro 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 167-207.
- GONTIJO, Silvana. *O Livro de Ouro da Comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. v. 3.
- JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- JUSTIÇA de SC manda União indenizar anistiado político de 71 anos. *ConJur*, São Paulo, 2003. Disponível em: https://conjur.com.br/2003-mai-26/anistiado_politico_71_anos_indenizado. Acesso em: 14 nov. 2022.
- KLEINAS, Alberto. *A morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura: a desconstrução do suicídio*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1004/4721.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- LANZA, Fabio; NEVES JUNIOR, José W. A. A censura militar pelo prisma das matérias vetadas do jornal O São Paulo (1972-1978). *Projeto História*, São Paulo, v. 62, p. 347-379, 2018.

LANZA, Fabio; NEVES JUNIOR, José W. A.; RODRIGUES, Raissa R. B. A falsificação do jornal católico O São Paulo: uma análise da reação midiática à edição mea culpa (1982). *Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 11-41, 2020.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Ed. UFSC; Fundação Boiteux, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *História das Teorias da Comunicação*. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

MAY, Tim. Pesquisa Documental: escavações e evidências. In: MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 207-230.

MELO, José Marques de (org.). *Imprensa e Desenvolvimento*. São Paulo: ECA-USP, 1984.

MELO, José Marques de. *A Esfinge Midiática*. São Paulo: Paulus, 2004.

MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Århus, n. 5, p. 40-56, 2002.

MILIBAND, Ralph; LIEBMAN, Marcel. Reflections on anti-communism. In: MILIBAND, Ralph; SAVILLE, John; LIEBMAN, Marcel. *The socialist Register 1984: the uses of anti-communism*. London: The Merlin Press, 1984. p. 1-22.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 269-279.

NEVES JUNIOR, José W. A. *A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban. *Documentos Revelados*, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Comunicado da 5ª RM/DE, para a imprensa de Santa Catarina*. ACT_ ACE_1148_81. Curitiba: SNI-PR, 1975a.

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi*. ACT_ ACE_232_79. Curitiba: SNI-PR, 1975b.

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Envolvido com o PCB dirige mensagem ao povo/SC*. ACT_ ACE_1169_81. Curitiba: SNI-PR, 1976a.

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Carta: mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR*. ACT_ ACE_1067_81. Curitiba: SNI-PR, 1976b.

RIDENTI, Marcelo. *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo: Edunesp, 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Notícias: Arquivo Nacional sobre a Ditadura. ANPUH, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=473. Acesso em: 29 jun. 2023.

SÁ MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SAMWAYS, Daniel. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970 – 1973)*. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SANTA CATARINA. Operação Barriga Verde. *Memória Política de Santa Catarina*, Florianópolis, 1979. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/5-Operacao_Barriga_Verde. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTA CATARINA. Operação Barriga Verde: militares X comunistas em Santa Catarina. *Memória Política de Santa Catarina*, Florianópolis, 1977. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/4-Operacao_Barriga_Verde_militares_X_comunistas_em_Santa_Catarina. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTA CATARINA. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina – Brasil – Relatório Final. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina*, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/show/294>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SANTOS, Murilo G. Santa Catarina no palco das torturas: a Operação Barriga Verde. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 20-30, 2011.

SOUZA, Eliton Felipe de. *“Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil- militar brasileiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUZA, Eliton Felipe de. A Ditadura Militar e os religiosos que mudaram de lado: o caso Dom Gregório Warmeling. *Revista Brasileira de História das Religiões*: ANPUH, Porto Alegre, v. 14, n. 42, p. 87-108, 2022.

SOUZA, Sirlei de. *Ecoss de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “revolução de 64” em Joinville*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

José Wilson Assis Neves Júnior

Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Atualmente, é assistente administrativo, na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), e realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina, tendo sido contemplado com bolsa de Pós-Doutorado Júnior pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante o ano de 2022 (processo n. 152219/2022-6).

Fabio Lanza

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor associado do Departamento de Ciências Sociais e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina, e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Atualmente, realiza pós-doutorado, junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), sob supervisão do Prof. Dr. Américo Freire.

Endereço para correspondência

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

Universidade Estadual Paulista
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa, 17.033-360
Bauru, SP, Brasil

FABIO LANZA

Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, km 380
Campus Universitário, 86.057-970
Londrina, PR, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.